

VDB F2 Geracao de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e aos Acionistas da
VDB F2 Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade e suas controladas encontram-se em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2016. Enquanto não iniciam as suas operações, existe dependência significativa de aportes de recursos de seus acionistas ou de terceiros. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Balanços patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.953	100	4.637.355	4.140	Contas a pagar	8	-	-	52.223	-
		46.953	100	4.637.355	4.140	Contas a pagar - parte relacionada	5.2	-	4.075	1.398.574	6.051
Não circulante						Tributos a recolher	9	104	-	27.490	-
Investimentos em empresas controladas	5	60.469.846	2.062	1	-	Provisão para IRPJ e CSLL	10	891.251	-	891.252	-
Imobilizado								891.355	4.075	2.369.539	6.051
	7	169.282	-	57.551.318	-	Não circulante					
		60.639.128	2.062	57.551.319	-	Empréstimos - parte relacionada	5.3	56.215.258	-	56.215.258	-
						Contrato de mútuo - parte relacionada	5.4	2.558.573	-	2.582.942	-
								58.773.831	-	58.798.200	-
						Patrimônio líquido					
						Capital social	11	1.000	100	1.000	100
						Transações de capital	5.1	(38)	-	-	-
						Prejuízos acumulados		-	(2.013)	-	(2.013)
						Reserva legal	11	200	-	200	-
						Reserva lucros a realizar	11	1.019.733	-	1.019.733	-
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	2	2
								1.020.895	(1.913)	1.020.935	(1.911)
Total do ativo		60.686.081	2.162	62.188.674	4.140	Total do passivo e patrimônio líquido		60.686.081	2.162	62.188.674	4.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 dezembro de 2015

(Em reais, exceto quando mencionado ao contrário)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais	12	(84.706)	(75)	(279.400)	(2.051)
Participação de equivalência patrimonial	5	(196.016)	(1.938)	-	-
		<u>(280.722)</u>	<u>(2.013)</u>	<u>(279.400)</u>	<u>(2.051)</u>
Prejuízo operacional					
Despesas financeiras	13	(443.421)	-	(444.744)	-
Receitas financeiras	13	2.637.341	-	2.637.344	-
Resultado financeiro líquido		<u>2.193.920</u>	<u>-</u>	<u>2.192.600</u>	<u>-</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.913.198</u>	<u>(2.013)</u>	<u>1.913.200</u>	<u>(2.051)</u>
Contribuição social	10	(237.508)	-	(237.508)	-
Imposto de renda	10	(653.744)	-	(653.744)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>1.021.946</u>	<u>(2.013)</u>	<u>1.021.948</u>	<u>(2.051)</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores		<u>1.021.946</u>	<u>(2.013)</u>	<u>1.021.946</u>	<u>(2.051)</u>
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
		<u>1.021.946</u>	<u>(2.013)</u>	<u>1.021.948</u>	<u>(2.051)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Capital social	Capital Social a integralizar	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Transações de capital com sócios	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.000	(900)	(2.013)	-	-	-	(1.913)	2	(1.911)
Subscrição de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	900	-	-	-	-	900	-	900
Mudança de participações em controladas	-	-	-	-	-	(38)	(38)	38	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.021.946	-	-	-	1.021.946	-	1.021.946
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(200)	200	-	-	-	-	-
Reserva lucros a realizar	-	-	(1.019.733)	-	1.019.733	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000	-	-	200	1.019.733	(38)	1.020.895	40	1.020.935

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015

(Em reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	<u>Controladora</u> 2016	<u>Controladora</u> 2015	<u>Consolidado</u> 2016	<u>Consolidado</u> 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	1.021.946	(2.013)	1.021.946	(2.051)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
. Provisão de Juros	108.621	-	108.770	-
. IOF	23.283	-	23.283	-
. Variação cambial	(2.308.080)	-	(2.308.080)	-
. Transações de capital com sócios	(38)	-	-	-
. Capitalização resultado financeiro com empréstimos	169.282	-	169.282	-
. Imposto de renda e contribuição social	891.251	-	891.251	-
. Perda de investimento equivalência patrimonial	196.054	1.938	-	-
	<u>102.319</u>	<u>(75)</u>	<u>(93.548)</u>	<u>(2.051)</u>
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Contas a pagar	-	-	52.222	-
. Contas a pagar - parte relacionada	(4.075)	4.075	(2.099)	6.051
. Outros	(169.320)	-	(169.283)	-
. Tributos a recolher	104	-	27.492	-
	<u>(173.291)</u>	<u>4.075</u>	<u>(91.668)</u>	<u>6.051</u>
Gerado pelas operações:				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(70.972)	4.000	(185.216)	4.000
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
. Aquisição de controlada	-	(4.000)	-	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(55.987.563)	-
Caixa líquido consumidos nas atividades de investimento	-	(4.000)	(55.987.563)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
. Aportes de capital em controladas	(60.663.800)	-	-	-
. Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	900	-	900	40
. Recursos provenientes de empréstimos	58.354.000	-	58.354.000	-
. Recursos provenientes de partes relacionadas	2.426.725	-	2.451.094	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	117.825	-	60.805.994	40
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	46.853	-	4.633.215	4.040
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
. No início do exercício	100	100	4.140	100
. No final do exercício	<u>46.953</u>	<u>100</u>	<u>4.637.355</u>	<u>4.140</u>
	<u>46.853</u>	<u>-</u>	<u>4.633.215</u>	<u>4.040</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 17º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Sociedade tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão de 13 de novembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas encontravam-se em fase pré-operacional. Enquanto não iniciam as suas operações, existe dependência significativa de aportes de recursos de seus acionistas ou de terceiros e, portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. A Administração reforça o seu comprometimento em cumprir todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase II, está localizada na região de Mulungu do Morro - BA e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de Reserva (A-3), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 21 de 18 de janeiro de 2008, MME nº 29 de 28 de janeiro de 2011, MME nº 132 de 25 de abril de 2013 e MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96 por MWh produzido. Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas as quatro novas empresas Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques deve ocorrer até o final de 2018 de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações do consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	28,6 MW
	<hr/>
	116,6 MW

Nos dias 25 de maio de 2016 e 31 de maio de 2016, a Controlada Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. e as Controladas Parques Eólicos Ventos da Bahia III S.A., Ventos da Bahia IX S.A. e Ventos da Bahia XVIII S.A., respectivamente, assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Apresentamos abaixo as principais características:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Substação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV; e
- c. Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação que se qualifique como outros resultados abrangentes nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre Sociedades são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e no período apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período findo em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alta liquidez, risco insignificante de mudança no valor e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com partes relacionadas e mútuo com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

3.2 Investimentos em controlada

O investimento nas controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não no resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativas na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora conforme demonstrado nota 5.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo.

As instalações em andamento representam os custos incorridos na construção e instalação das usinas fotovoltaicas até o momento que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes aos bens em operação.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

A Sociedade efetuou a capitalização de encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com CPC 20 - Custos de empréstimos, nas demonstrações financeiras consolidadas. A capitalização dos custos financeiros sobre empréstimos, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi efetuada em função de que o grupo econômico representado pela controladora incorreu em tais custos para financiar a construção do ativo qualificável. Administração da Sociedade entende que, no contexto de suas demonstrações financeiras consolidadas nas quais a Sociedade e sua Controlada representam uma entidade econômica única, os custos de empréstimos devem fazer parte da mensuração dos encargos financeiros capitalizáveis considerando o total dos investimentos nas construções do imobilizado consolidado.

3.5 Tributação

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de competência, ver nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

3.6 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- CPC 26 - Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26)
- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32)
- Receita de Contratos com Clientes - IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers
- Instrumentos Financeiros - IFRS 9 Financial Instruments
- Arrendamentos - IFRS 16 Leases

A Sociedade está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Bancos	46.953	100	4.637.355	4.140
Total	46.953	100	4.637.355	4.140

5. Investimentos em Sociedades controladas

Os saldos de investimentos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos em empresas controladas	60.469.846	2.062	1	-
Total	60.469.846	2.062	1	-

Controladora

Em 28 de dezembro de 2015 houve a contribuição de capital das controladas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX, Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII no patrimônio da Sociedade, passando a ter participação de 99,99% do capital social de cada uma das Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2015	Aportes de capital	Equivalência Patrimonial	Total
Parque Eólico Ventos da Bahia I	516	14.879.800	(48.013)	14.832.303
Parque Eólico Ventos da Bahia III	516	16.024.400	(48.459)	15.976.457
Parque Eólico Ventos da Bahia IX	515	14.879.800	(50.680)	14.829.635
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII	515	14.879.800	(48.864)	14.831.451
Saldo do investimento	2.062	60.663.800	(196.016)	60.469.846

Adicionalmente, a seguir apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2016:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
Ativos circulantes	1.153.895	1.247.754	1.148.582	1.142.095
Ativos não circulantes	14.072.648	15.153.144	14.072.647	14.083.597
Passivos Circulantes	394.231	424.431	367.215	394.231
Passivos Não circulantes	-	-	24.369	-
Patrimônio Líquido	14.832.312	15.976.467	14.829.645	14.831.461
Prejuízo do exercício	(48.013)	(48.459)	(50.680)	(48.864)

6. Transações com partes relacionadas

a. Contas a pagar com parte relacionada

Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado o contrato entre a EDF EN do Brasil Participações S.A ("EDF EN do Brasil") e as sociedades da fase 2 Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, por intermédio da VDB F2 Geração de Energia SA, com objetivo de repasse dos custos necessários para desenvolvimento e construção do parque eólico custeados pela EDF EN do Brasil. O rateio de despesas é proporcional à capacidade eólica de cada Parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto com estimativa de liquidação para 2017, estão demonstrados abaixo:

	Percentual	Consolidado
Parque Eólico Ventos da Bahia I	26,8 MW - 24,53%	343.070
Parque Eólico Ventos da Bahia III	30,8 MW - 26,41%	369.363
Parque Eólico Ventos da Bahia IX	28,6 MW - 24,53%	343.070
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII	28,6 MW - 24,53%	343.070
Total	-	1.398.573

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
EDF EN do Brasil Participações Ltda	-	4.075	-	4.075
Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda	-	-	-	1.976
Total	-	4.075	-	6.051

b. Empréstimos - partes relacionadas

Em 22 de novembro de 2016, a Sociedade assinou contrato de empréstimo com a EDF EN Nouvelles S.A, cujo principal era de 16,3 milhões de euros, com as seguintes condições: juros a taxa de 3% ao ano e EURIBOR, atualização cambial, com base na cotação publicada pelo Banco Central do Brasil - BACEN e linha crédito no montante de até 50 milhões de euros. A previsão de liquidação do principal é até em abril de 2035. Os juros são quitados semestralmente, contados a partir da data de disponibilização dos recursos. Os saldos de empréstimos são demonstrados a seguir:

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	31/12/2016
Principal EDF ÉNERGIES NOUVELLES S.A	Euro	3%	2035	58.354.000
Juros				170.973
Diferença de Câmbio				(2.308.080)
				56.215.258

Composição dos empréstimos - Euros

Data de aquisição	Valor principal em Euro	Valor dos juros em Euro	Valor total em Euro
23/11/2016	16.300.000	49.249	16.349.249
Total	16.300.000	49.249	16.349.249

c. Contas a pagar com partes relacionadas - Contrato de mútuo

Contratos de mútuo - Parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
EDF EN do Brasil Participações Ltda	2.558.573	-	2.558.573	-
Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda	-	-	24.369	-
Total	2.558.573	-	2.582.942	-

- (a) Valores custeados pela EDF EN do Brasil Participações Ltda para fins de capital de giro. O montante principal, de R\$ 2.426.725, está sendo atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%, montados em R\$ 22.283 e R\$ 108.564, respectivamente. A estimativa de quitação do mútuo é para o exercício de 2017.
- (b) Valores custeados pelo Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda para fins de capital de giro. O montante principal, de R\$ 23.719, está sendo atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%, montados em R\$ 502 e R\$ 149, respectivamente. A estimativa de quitação do mútuo é para o exercício de 2017.

d. Remuneração do pessoal chave da administração

	Controladora	Consolidada
Proventos	-	134.774
Descontos	-	(36.079)
Valor líquido	-	98.695

7. Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	-	-	54.022.715	-
Instalações em construção (ii)	-	-	3.359.321	-
Capitalização de juros	169.282	-	169.282	-
	169.282	-	57.551.318	-

(i) Adiantamento para aquisição de imobilizado

As adições referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, representados acima pelo montante de R\$ 54.022.715. A entrega das referidas turbinas está prevista para o exercício de 2017. Os principais fornecedores da rubrica adiantamento, estão relacionados no quadro abaixo:

Fornecedores	Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A	Total
VestasTurbinas Eólicas	12.907.529	13.898.058	12.907.530	12.918.478	52.631.595
Outros	341.158	367.646	341.158	341.158	1.391.120
Total	13.248.687	14.265.704	13.248.688	13.259.636	54.022.715

(ii) Instalações em construção

O montante R\$ 3.528.601, demonstrado em Instalações em construções, refere-se ao custo capitalizado, com base na evidência da Administração de geração de benefício econômico futuro, durante a fase desenvolvimento e construção do complexo para geração de energia eólica. Abaixo, apresentamos a composição por empresa, conforme segue:

Imobilizado	Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A	Total
Instalações em Construções	823.960	887.439	823.960	823.960	3.539.319

Após o termino da construção o mesmo será depreciado conforme a vida útil e taxa utilizada pela premissa do grupo EDF EN França.

(iii) Capitalização de Juros

Capitalizações de juros provenientes dos adiantamentos efetuados ao longo de 2016 do contrato da Vestas Turbinas Eólicas, capitalizados na proporção 24,53% para Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII e 26,41% para a Ventos da Bahia III.

8. Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores nacionais	-	-	52.223	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.223</u>	<u>-</u>

O ciclo de pagamento gira em torno de 30 dias, títulos com estimativa de liquidação em 2017.

9. Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributos Federais	104	-	27.490	-
	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>27.490</u>	<u>-</u>

Os impostos e contribuições foram liquidados nas datas de vencimento em janeiro de 2017.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro presumido.

Cálculo do exercício atual está demonstrado conforme quadro abaixo:

Lucro Presumido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2016	2016	2015
Variações cambiais ativas	2.638.975	-	2.638.975	-
Demais receitas e ganhos de capital	-	-	3	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	2.638.975	-	2.638.973	-
Alíquota do Imposto de Renda 15%	395.845	-	395.846	-
Alíquota do Imposto de Renda 10%	257.898	-	257.898	-
Alíquota da Contribuição Social 9%	237.508	-	237.508	-
	891.251	-	891.252	-

11. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social foi constituído em 25 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 1.000 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada.

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	%	2016	2015	2016	2016
EDF EN do Brasil Participações Ltda	0,01%	1	1	1	1
EDF Énergies Nouvelles S.A	99,99%	999	99	999	99
Parque Eólico Ventos da Bahia	-	-	-	40	-
	100%	1.000	100	1.040	100

Resultado do Exercício

A Sociedade registrou lucro líquido no montante de R\$ 1.019.933 em 31 de dezembro de 2016.

Dividendos

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

b. Reservas de lucros

Sociedade destinou o lucro apurado em 2016 conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Reserva legal	200	-	200	-
Reserva lucros a realizar	<u>1.019.733</u>	<u>-</u>	<u>1.019.733</u>	<u>-</u>
Total das reservas	<u>1.019.933</u>	<u>-</u>	<u>1.019.933</u>	<u>-</u>

- **Reserva legal**

Constituída pela apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos, nos termos do artigo 193, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

- **Reserva de lucros a realizar**

Considerando que parcela substancial dos resultados da Sociedade é gerada pelo resultado financeiro, a Sociedade constituiu reserva de lucros a realizar com base no artigo 197 da Lei nº6404/76 referente a parcela excedente do lucro.

12. Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

a. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Condução/Locomoção	(7)	-	(115)	-
Alimentação	-	-	(962)	-
Viagens e estadias	-	-	(2.789)	-
Cópias e reproduções	(10)	-	(50)	-
Material de escritório	(216)	-	(1.095)	-
Despesas Legais	(5.961)	-	(34.603)	(1.976)
Correios	-	-	(15)	-
	(6.194)		(39.629)	(1.976)

b. Impostos e taxas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IOF	(23.208)	(75)	(33.847)	(75)
Outros impostos e taxas	(1.138)	-	(1.815)	-
	(24.346)	(75)	(35.662)	(75)

c. Despesas com serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Honorários de Contadores	(48.593)	-	(177.835)	-
Honorários de Consultores	(4.060)	-	(20.300)	-
Serviços de apoio administrativos	(290)	-	(1.260)	-
Serviços de certificação digital	(665)	-	(3.325)	-
Publicidade	(558)	-	(1389)	-
	(54.166)	-	(204.109)	-

13. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2016	2016	2015
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa	2.637.341	-	2.637.341	-
Receita de desconto	-	-	3	-
	2.637.341	-	2.637.344	-
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(82)	-	(1.216)	-
Varição cambial passiva	(329.260)	-	(329.260)	-
Encargos sobre pagamento em atraso	(59)	-	(100)	-
Juros sobre contrato de mútuo	(108.621)	-	(108.769)	-
Outras despesas financeiras	(5.399)	-	(5.399)	-
	(443.421)	-	(444.744)	-
Resultado financeiro líquido	2.193.920	-	2.192.600	-

14. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

	Categorias	Controladora	Consolidado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	46.953	4.637.355
Passivos			
Contas a Pagar	Empréstimos e recebíveis	-	52.223
Contas a pagar com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	1.398.574
Mútuos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	56.215.258	56.215.258
Empréstimos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2.558.573	2.582.942

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de imobilizado (contas a pagar com fornecedores e empréstimos em moeda estrangeira). A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

15. Compromissos assumidos

a. Compromissos assumidos com fornecedores

A Sociedade possui contratos assinados para recebimento de equipamentos e construção das usinas, todos celebrados em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2016:

Fornecedor	Ano 2017	Ano 2018	Total
VESTAS	24.939.720	336.686.224	361.625.943
	24.939.720	336.686.224	361.625.943

b. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
	Volume MWh	19.192	21.243	19.338	19.632
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2018	Total (R\$ Mil)	<u>3.914,40</u>	<u>4.332,73</u>	<u>3.944,27</u>	<u>4.004,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2019	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2020	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2021	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2022	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2023	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
Após 2023	Total (R\$ Mil)	<u>23.421,67</u>	<u>25.924,74</u>	<u>23.600,46</u>	<u>23.958,04</u>
Data do término do contrato		31/10/2038	31/10/2038	31/10/2038	31/10/2038